



CAROLINA MARIA DE JESUS E A LUTA NEGRA FEMININA NA LITERATURA: ENTRE O EU E O NÓS NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO HISTÓRICO PELA ESCRITA DE SI.

Joicy Kesy Pereira da Silva¹
joycykesy@gmail.com

Sarah Ferreira Lima²
sarahflima01@gmail.com

Renato Fagundes Pereira³
renato.pereira@ueg.br

Introdução

A questão cultural no Brasil necessita de uma análise crítica que comporte principalmente a figura feminina negra como ser histórico e os esquemas simbólicos que agem em função de seu apagamento cultural, em específico, aquelas que ousaram produzir críticas a essa violência estrutural impregnada nos processos de reflexão sobre as desigualdades presentes no tecido social. É entendível que grande parte da produção acadêmica que se tem no momento não se direcione a essa linha de debate por ser algo recente e que é despercebível por aparentemente se engajar em outros segmentos de discussão que não são suficientes para abarcar toda a complexidade envolvente. A luta negra feminina é uma vertente a parte porque alcançam instâncias máximas de segregação, objetificação e sujeição que nos dias de hoje ainda são observados em dados os índices de feminicídios negros.

Parte-se de uma proposta de análise sobre a cololária de ser uma mulher negra que assume posição não convencional de crítica e denúncia aos sistemas de opressão patriarcal, racista e misógino apresentando singularidade da luta feminina negra no Brasil relegando essa figura ao estado de opressão, descaso e esquecimento, tornando-a vítima de um de processo de desconsideração histórico do sujeito intelectual negro; resultante de uma projeção cultural, que é um processo de ser ver através do enfoque do outro e de “ser” a partir disso, usando referências principalmente eurocêtricas, o que pode ser perfeitamente explicável, visto que traços da dependência colonialista nesse aspecto ainda não foram de todo desconstruídos.

Nesse sentido, um estudo sobre a obra de Carolina Maria de Jesus é um símbolo da luta negra em favor de direitos, expondo cada uma a seu modo, a posição social frente às demandas que se apresentam da mulher. Ao passo que sucintamente reivindica sua posição como ser

¹ Discente do curso de História da Universidade Estadual de Goiás, UEG.

² Discente do curso de História da Universidade Estadual de Goiás, UEG.

³ Docente do curso de História da Universidade Estadual de Goiás, UEG.



histórico e produz ferramentas, no caso mais obvio a escrita, para se estabelecer. Trata-se, também de um estudo sobre como as relações de poder se estabeleceram ao longo da história do Brasil no tocante a sujeição do negro e da volubilidade e eficiência dos esquemas condicionantes que atuam para que a cultura seja um instrumento atuante em favor da manutenção de classes, o que confluí diretamente sobre como tratamos passivamente a cultura. O ser receptivo e peça fundamental nesse sistema e é concebido aqui como aquele que por algum motivo alheio não é capaz de refletir sobre o valor que a cultura opera diante dos conflitos existentes em sociedades que aspiram injustiças e que necessitam dessa passividade para perpetuá-las.

Criar mecanismos de reflexão sobre o modo com que minorias têm sido tratadas e o limiar entre o preconceito estrutural que permeia a cultura brasileira desde seu processo colonizador são critérios fundamentais para a atuação consciente do historiador diante da gama de possibilidades que lhes são apresentadas, assim, crê-se que o caminho para atingir objetivos propostos pela prática ética, e que não se limita a apenas essa profissão, são de refletir, avaliar e desmistificar, através de uma pesquisa científica bem elaborada aquilo que percebemos que não está moralmente certo dentro do tecido social, é que somente a história, aliada a outras ciências humanas pode explicar.

1. História e Literatura: fonte e objeto do historiador

A produção historiográfica vem passando no decorrer do tempo, em especial, ao longo do século passado por um extenso período de mudanças e reestruturações. Assim, diante das transformações no modo de se pensar a história, surgiu a necessidade de se incorporar novas possibilidades (fontes) de acesso ao universo sócio cultural de determinado espaço/tempo. A partir desse universo de ampliação dos elementos que integram o fazer histórico, buscaremos, discutir neste capítulo a relação entre a Literatura e a História, e como esta nova “fonte” pode fornecer mais elementos para a construção da historiografia de determinada época e população. Contudo, antes de adentrarmos especificamente na relação entre Literatura e História, buscaremos esclarecer alguns elementos referentes a História Cultural, por entender que essa corrente de produção da história é a que abre maior possibilidade a incorporação de novas fontes (JUNIOR, 2007, p.01).

A História Cultural surge como uma forma de contrapor a produção historiográfica tradicional que, segundo Chartier (1994), é composta por dois projetos de construção da “história”, onde por um lado, se buscava o estudo das sociedades antigas ou contemporâneas a



partir do paradigma estruturalista, que tratava de “identificar as estruturas e as relações que, independentemente das percepções e das intenções dos indivíduos, comandam os mecanismos econômicos, organizam as relações sociais e engendram os discursos”; e, por outro lado, formular rigorosamente as relações estruturais que eram o objeto próprio da história, onde o historiador supunha que o mundo social “é escrito em linguagem matemática” e dedicava-se a estabelecer suas leis.

A partir dos “avanços” da História Cultural, Chartier (1990) percebe uma mudança nos paradigmas de produção historiográfica, com a incorporação de novos elementos (principalmente os culturais) e destaca que essa “nova história” estava fortemente ancorada, para além da diversidade dos objetos, dos territórios e dos costumes, nos mesmos princípios que sustentavam as ambições e as conquistas das outras ciências sociais. E afirma que,

Nos últimos dez anos foram essas certezas, longa e amplamente partilhadas, que foram abaladas. De um lado, sensíveis a novas abordagens antropológicas ou sociológicas, os historiadores quiseram restaurar o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais. Daí resultaram vários deslocamentos fundamentais: das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as estratégias singulares. (CHARTIER, 1994, p. 98).

A literatura passa então a fornecer uma versão da “história real” pelos olhos de um observador privilegiado – o escritor, que mesmo quando não possui o objetivo explícito de “fazer história” com sua obra, acaba por fornecer uma junção de elementos e características capaz de “dizer a história” em que se insere. Desta forma, como afirma Sevcenko (2003, pg. 30),

A literatura portanto fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram. Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos.

Pensando que as narrativas, sejam históricas ou literárias, ou outras, constroem uma representação acerca da realidade, procura-se compreender a produção e a recepção dos textos, entendendo que a escrita, a linguagem e a leitura são indivisíveis e estão contidas no texto, que é uma instância intermediária entre o produtor e o receptor, articuladora da comunicação e da veiculação das representações. Desta forma, há uma tríade a considerar na elaboração do conhecimento histórico, composta pela escrita, o texto e a leitura. No que se refere à instância da escrita ou da produção do texto, o historiador volta-se para saber sobre quem fala, de onde fala e que linguagem usa. Já ao focar o texto em si, o que se fala e como se fala são questões indispensáveis. No trato da recepção, visa abordar a leitura de um determinado receptor/leitor

ou de um grupo de receptores/leitores, tratando das expectativas de quem recebe o texto, de sua contemplação, ou seu enfrentamento ou resistência a ele (PESAVENTO, 2004, p. 70).

Para Chartier (1990), todo documento, seja ele literário ou de qualquer outro tipo, é representação do real que se apreende e não se pode desligar de sua realidade de texto construído pautado em regras próprias de produção inerentes a cada gênero de escrita, de testemunho que cria “um real” na própria “historicidade de sua produção e na intencionalidade da sua escrita”. Desta forma, todo tipo de texto possui uma linguagem específica, na qual foi produzido, própria de um segmento particular de produção, e esta ocorre considerando dadas regras peculiares ao meio intelectual de onde emerge, ao veículo em que será veiculada e ao público a que se destina.

A intermediação da História com outras disciplinas resultou numa grande diversidade de estudos, com a incorporação de pensamentos por todas elas, isso permitiu que diferentes conhecimentos e pontos de vista fossem explorados em uma iniciativa comum. A pluralidade de instrumentos, temas, abordagens e procedimentos, ocasionaram mudanças no território do historiador, descortinando novos campos para semear.

Dessa forma, pode-se concluir que a literatura não está, na maior parte preocupada com “detalhes historiográficos”: Quantificar brevemente a vida à dados estatísticos, índices demográficos, infundáveis gráficos imensuráveis e, normalmente imprecisos. Dados que dão um caráter demasiado raso da vida; elimina, pois todo o efeito caótico que é a existência ontológica. Ora, a importância que se tem ao ler um texto historiográfico cujo propósito é demonstrar os métodos científico-ortodoxo /metodológico-iluminista. Portanto, o compromisso da literatura está vinculado à perspectiva de uma “realidade fictícia”. Talvez o autor, quem nos escreve, viveu tal experiência ou não, e, simplesmente a inventa por um único propósito: Narrar sua experiência, suas impressões, etc. O texto literário liga-se a um pequeno universo (microcosmos) que se confunde, ou mesmo situa-se no macrocosmos desenvolvendo-se desde uma simples a mais complexa “práxis social”. Embora diz-se que é impossível, e não duvidamos de se apreender a realidade por meio de uma mimesis literária, o autor e, portanto, a literatura não possui grandes pretensões à verdade orientada, mas sim, aprimorar, por que não, a sua percepção de mundo.

A literatura é fonte para a História por se tratar de um fragmento sociocultural – englobando, entretanto, partes muito específicas de uma *realidade*, apesar da sua natureza fictícia, no entanto, *histórica*. Realidade esta, por sua vez, imbuída de traços, marcas, se

preferirem; de um passado representado através do imaginário que é: sintoma de algo que, desde o passado, venha ao encontro dos problema postos, fornecendo possibilidades de resposta. (PESAVENTO, 2003, p. 39)

Neste aspecto, a historiografia aproximar-se-ia da Literatura por uma necessidade, a priori, *epistemológica*, afirma Pesavento. Ora, o método histórico em meados do século XX, ainda com os resquícios do pensamento cartesiano (método científico) e focado no materialismo histórico dialético. Enfim, após todos os desdobramentos econômicos, políticos, sociais, culturais, éticos – conflitos existenciais, seria o termo correto – entrará em uma séria crise paradigmática. Será, então, necessário uma: reorientação dos paradigmas explicativos da realidade, que dão entrada em cena, no terreno da História, introduzindo novos referenciais que a aproximam da literatura. (PESAVENTO, 2003, p.33)

História e Literatura, de acordo com Pesavento, possuem a mesma natureza constitutiva: ambas se configuram a partir de uma “narrativa que constrói um enredo e desvenda uma trama” (PESAVENTO, 2003). Ou seja: A História é uma urdidura discursiva de ações encadeadas que, por meio da linguagem e de artifícios retóricos, constrói significados no tempo . (PESAVENTO, 2003, p.33).

Importante salientar que, para Pesavento, uma vez a História, narrativa do passado, esta, vincula-se diretamente ao conceito de *representação*⁴. Representação esta “que encarna a ideia de uma substituição, ou ainda da presentificação de uma ausência.” (PESAVENTO, 2003, p. 33). Deparamo-nos, pois, com uma forte ligação entre discurso histórico e o literário, afinal de contas, o imaginário que tanto alimenta ambos os discursos, afirma Pesavento, trata-se de um complexo sistema de *representações sociais* a partir do real, a fim de atribuir significado(s) ao mundo que nos rodeia. Aqui nos aproximamos de um debate crucial e, portanto, objetivo deste capítulo, entre realidade e ficção.

Em primeiro lugar “há uma distinção entre os compromissos de cada narrativa com a realidade” (PESAVENTO, 2003). A História, por sua vez é:

(..) narrativa do que aconteceu, mas não é *mimesis*, é tradução de uma alteridade no tempo, o que implica recriar formas de representar o mundo que não são mais as nossas, e que obedeciam a outras razões e sentimentos. Para tanto, as estratégias ficcionais do historiador estariam presentes na escolha, seleção e rejeição de materiais,

⁴ “No entendimento de Deleuze, a *representação*, oriunda de Platão e Aristóteles, busca subsumir à identidade. As consequências dessa subordinação são claras: do ponto de vista da representação, aquilo que não corresponde ao modelo transforma-se em algo “monstruoso”, um “simulacro”. Fragmento retirado de História verdade e tempo / Marlon Salomon (Org.) – Chapecó, SC: Argos, 2011. p. 98)

organização de um enredo, escolha e uso de palavras e metáforas, desvendando de sentidos implícitos. (PESAVENTO, 2003, p. 35).

O historiador é responsável por “inventar”, afirma Júnior (2007), o passado de acordo com o que se quer evidenciar juntando os elementos necessários (as fontes) de um complexo quebra cabeça, cujas peças jamais estarão fixadas, afinal de contas, sempre haverá um vendaval epistemológico a fim de bagunçá-las e reorganizá-las respectivamente. De acordo com Pesavento, a História configura-se por meio de um “exercício ficcional” de sua própria escrita. Isto é, o historiador, enquanto detentor desta escrita ficcional da História, apenas o faz por meio de vestígios historiográficos, deste passado outrora presente-vivo inserido e decodificado nas fontes que comprovam a veracidade do seu discurso, além disso, ele não é capaz de atravessar, não lhe é permitido, porque:

O historiador está preso a algo que tenha ocorrido e que tenha deixado traços objetivos, pois ele não cria traços, ele os descobre, pela pergunta que faz e o que cria realmente é a versão interpretativa. (PESAVENTO, 2003, p. 35)

A narrativa histórica, embora construída a partir de elementos ficcionais e linguísticos, os mesmo da literatura, não o faz deliberadamente. Neste aspecto a Literatura levará o historiador, não obstante, a embarcar na “temporalidade da escritura” (PESAVENTO, 2003, pág. 40), ou seja, numa realidade literária permeada de uma sensibilidade comum a um momento no passado. O autor (aquele quem escreve) é quem experimentou; foi quem andou pelas ruas sujas, foi quem sentiu todos os aromas, dos mais agradáveis aos mais decrépitos de uma França, por exemplo, pós-revolução, ou por Santa Maria durante a Inconfidência Mineira, observando as mazelas de um Brasil pouco aprofundado nos livros didáticos. *Esse* autor, por ser criador de uma realidade fictícia é, sobretudo, de acordo com Pesavento, um leitor da realidade que observa e senti. E é essa riqueza de texturas sociais, por assim dizer, dentre elas:

angústias e temores, os sonhos e desejos que animavam as expectativas dos homens de uma certa época” (...) a Literatura [pois] é sempre um registro – privilegiado – do seu tempo. (PESAVENTO, 2003, p. 40)

Voltemos um pouco no nosso raciocínio. A Historiografia por muito tempo focou suas análises em aspectos ora políticos, ora econômicos respectivamente. Uma História, entretanto, pronta e acabada, que resume, por exemplo, as modificações no arranjo político demasiadamente pormenorizado, enfadonho, além do uso de complexos gráficos (enigmáticos) da produção industrial; desconsiderando, assim, todo o caráter sociocultural das experiências humanas, dando origem a todo um complexo imaginário de representações. A proposta da Nova História Cultural é trazer à História novos tons ontológicos e, claro, novas personagens que somarão o todo desta equação que se chama vida.



Essa dimensão literária, cujos traços ontológicos nos parecem reais⁵ e, mais importante, vivos ao executar a leitura do texto ficcional. No entanto, “o discurso literário está limitado pelo domínio das formações discursivas da ficção presentes naquela sociedade” (BACCEGA, 2007, p. 73). De acordo com Baccega:

Fazer Literatura, diferentemente de fazer história, supõe uma consciência estética que permite ao artista se colocar certos problemas sobre a realidade que ele vive ou que lhe é relatada e responder artisticamente a estes problemas. (BACCEGA, 2007, p. 74)

A abordagem da Nova História Cultural ao trabalhar com a Literatura é extrair, é perceber, compreender, observar a(s) sensibilidade(s) do cotidiano, aquilo que não está explícito e, portanto, resguardado ao domínio do imaginário, numa linguagem imagética comum ao tempo que se investiga, afinal de contas:

(...) Todo evento histórico é cultural e simbólico e precisa de alguma forma de linguagem ou de simbologia para acontecer, para estabelecer os laços de comunicação entre os homens, sem os quais não haveria economia, política ou sociedade, nem mesmo objeto ou sujeito. (...) [Não obstante] Qualquer evento histórico é uma mistura tal de variáveis, é fruto do entrelaçamento de tantos outros eventos de natureza diferenciada, que sempre visualizamos apenas parcialmente e pomos em evidência apenas alguns destes elementos que o constituem (JÚNIOR, 2007, p. 27-29).

Nesse aspecto, a Literatura é importante linguagem simbólica que comunica aos membros de uma sociedade o imaginário vigente, por mais que este imaginário, em construção, pareça oculto por estar no nível do inconsciente coletivo, no entanto, possui uma estrutura própria. Baccega afirma:

(...) a literatura, enquanto conjunto de obras organizadas de uma determinada maneira, ou seja, enquanto conjunto de obras com “normas” específicas de produção que as identificam como arte feita com palavras e não com outro discurso qualquer dentro daquela sociedade, é parte da realidade dialógica, e, como tal, refrata o ser social. (BACCEGA, 2007, p. 77)

Mediante as disposições e pretensões tanto do discurso histórico quanto do literário. Cabe-nos, de antemão, compreendermos a seguinte questão: O que é a realidade? Durval Muniz de Albuquerque Júnior, no entanto, nos fornece uma luz, ele afirma:

(...) O real – longe ser o mais concreto, o mais passível de ser conhecido e apreendido, longe de ser algo que possui uma verdade que poderia ser conhecida – seria o que escapa à compreensão. O real seria a vida pura, a vida crua, seria o informe; seria o que sempre aparece construído precariamente; seria o doloroso caos em que podemos nos atolar e nos perder; seria a desterritorialização absoluta, o coração selvagem da existência. (...) A História nasce, assim, já desconfiando dos outros sentidos que não o olhar, estabelecendo esta ligação central no pensamento ocidental, entre a verdade e a visão. (...) A luta da História contra o mito, contra a lenda, vai desbastando a realidade de uma boa parte de seus elementos, tornando-a seca e dura, vai objetivando-a, livrando-a dos fantasmas que povoavam o pensamento trágico e que remetiam à

⁵ Aqui se liga a ideia do real ao conceito da verossimilhança, ou seja, o fato da Literatura se isentar do compromisso à Verdade torna-a, despretensiosamente, um discurso, embora ficção, é ainda possível. Bem diferente da “História dos Vencedores”, influenciou, de modo ideológico, a construção de um passado mascarado de verdade, mas completamente falsificado.

voragem de nosso desejo, às solicitações amorais de nosso corpo, que remetiam para o retorno à natureza, ao nosso devir-animal a nos espreitar como este começo, está origem, de que de que estamos sempre nos interrogando e de que buscamos nos afastar (JÚNIOR, 2007, p. 46).

No entanto, salienta Júnior, há um grande risco da História, ao executar sua profunda exegese da realidade, eliminando aspectos elementares e constitutivos da cultura humana; tais elementos são testemunhos de antigos valores, cuja representativa é suprimida pela objetivação. A História, seguindo tal pressuposto, objetiva a objetividade do real, ou seja, resumi-lo ao máximo que puder até torna-lo uma síntese coerente da vida, desconsiderando, pois, toda a complexidade vital e as várias personagens que a compõem. É aqui que notamos a grande incompatibilidade da História com a Literatura. Ela, a História:

(...) seria esta narrativa do fazer-se homem, de nosso processo de civilização e, portanto, de nossa saída da barbárie, de nosso domínio progressivo sobre as forças sem domínio que habitam nosso corpo. A história seria uma narrativa solar que desconfia das sombras, que busca esclarecer e aclarar, que busca tornar visíveis os seres que ontem não passavam de sombras na caverna. (...) recusa o sombrio o negro, os abismos, que também fazem parte da realidade, que é o real dos homens, da vida, realidade que a Literatura continua à procura de figurar. (...) daí por que a História seria um discurso com dificuldade de perceber que, às vezes, a luz em vez de revelar as coisas, oculta-as, já que não deixa ver a sua dimensão sombria. (...) será a Literatura, o romance, que surgirá como o texto que ainda poderá tocar nesta parte negada e proibida da realidade, tão negada que precisará disfarçar-se de ficção para falar. (...) [Finalmente] A Literatura é que pode falar deste mundo informe das sensações, mundo que está próximo do inumano. (...) mais identificada com as paixões, com a sensibilidade, com a dimensão poética e subjetiva da existência, com a prevalência do intuitivo, do epifânico (JÚNIOR, 2007, p. 49)

A História por assumir uma metodologia científica, preocupada com a verdade, estabelecendo esse “pacto com a luz” (idem), acaba por desconsiderar as porções periféricas, devido a sua observação direcionada pelo feixe da luz. Ora, quem se habilitaria a olhar para o escuro, locus do incerto, do inseguro e incompreendido pela historiografia, quando se tem à frente um caminho bem iluminado (objetivado, esclarecido e enxertado de sentido) onde se podem perceber todos os pontos? Há quem assuma tal empreendimento. Portanto, o objetivo da Literatura não são os eventos históricos em si, ela não pretende comprovar o que a história já o faz. Ela, a Literatura, tem a capacidade de exprimir as abstrações de uma existencialidade, embora, sua abordagem seja no âmbito da ficção; suas elucubrações narrativas e descritivas nos dá a ideia do possível. O seu caráter verdadeiro, não está contido em fontes que suscitam a existência de um passado. Muito pelo contrário, o discurso ficcional é verdadeiro, é real, quando aborda as relações humanas, ou como prefere Lukács (1997), as práxis sociais.

1. Carolina(s) e a escrita de si como escrita do *Nós*, mulher negra: o caso do quarto do despejo

No livro *Quarto de Despejo*, a autora retrata a vida cotidiana em uma favela de Carolina Maria de Jesus, o texto carrega de modo fiel a luta de uma catadora de lixo que tenta sobreviver na grande cidade de São Paulo. Os relatos aqui expressos pela autora datam de 15 de julho de 1955 a 1 de janeiro de 1960.

Em meio as diversas dificuldades relatadas no texto, algumas chamam bastante atenção, como a dificuldade de ser mãe solteira em meio a um cenário de extrema pobreza, fato esse narrado pela autora já no início do livro, quando a mesma diz:

Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar (JESUS, 1960 p.09).

A autora relata que é mãe de três filhos e que se desdobra para alimentar e criar sua família sozinha, como catadora de recicláveis e lavadeira ela se esforça para dar conta de tudo, contudo, muitas das vezes acaba sentindo que todo o esforço tem sido pouco frente a necessidade da família.

Inúmeras vezes ao longo do texto, a autora deixa transparecer o sentimento de raiva, com o cansaço e a revolta de não conseguir suprir as necessidades básicas da família. De acordo com Carolina, as vezes se pegou pensando que precisava comprar pão, sabão e leite para os filhos, e os treze cruzeiros não dava. Chegava em casa, nervosa e exausta e pensava na vida difícil que levava, catava papel, lavava roupa para duas pessoas, permanecia a rua o dia todo e sempre estava faltando mantimentos.

É nítido nos relatos de Carolina Maria o cenário de frustração e extrema pobreza do qual ela e sua família se encontram, apesar disso, a fé de dias melhores sempre este presente da vida dessa mulher, que por diversas vezes no texto vemos que a fé. A importância da crença religiosa para essa mulher é bem clara no texto: Eu estava indisposta, resolvi benzer-me. Abri a boca duas vezes, certifiquei-me que estava com mau olhado. A indisposição desapareceu sai e fui ao seu Manuel levar umas latas para vender (JESUS, 1960 p.09).

Essa mulher lutadora encontra na fé motivação e força para seguir a diante, assim como muitas vezes é na fé que ela encontra explicação para as adversidades cotidianas, como representado na citação da autora acima, de como uma indisposição é justificada como algo de ordem espiritual.

O presente livro retrata com uma riqueza de detalhes as particularidades da vida dessa mulher trabalhadora expondo a sua dura realidade, frente ao seu constante esforço para sua família sem passar por maiores dificuldades além das já vivenciadas, descreve a escritora, “Saí indisposta, com vontade de deitar. Mas, o pobre não repousa. Não tem o privilégio de gosar descanso. Eu estava nervosa interiormente, ia maldizendo a sorte. Catei dois sacos de papel. Depois retornei, catei uns ferros, uma lata, e lenha” (JESUS, 1960 p.10).

Pelo fato de ser a única que provem o sustento da família, essa mulher trabalha dia e noite para dar conta da criança dos seus filhos, e os “seus meninos”, modo como a autora se refere aos filhos, ficam muito tempo sozinhos em casa e constantemente são alvo de críticas dos vizinhos que afirmam que as crianças são “mal inducadas”.

Apesar de não deixar claro no texto, a autora atribui a reação dos vizinhos para com os seus filhos pelo fato de ela ser mãe solteira: “Elas alude que eu não sou casada. Mas eu sou mais feliz do que elas. Elas tem marido...” (JESUS, 1960 p. 14). No decorrer do texto, a autora enfatiza que sabe a cor da fome e ela seria amarela, a mesma havia visto o amarelo algumas vezes no decorrer de longos anos e tentava fugir o máximo dessa sensação que segundo Carolina, antes de comer via o céu, as árvores, as aves, tudo amarelo, depois que comeu, tudo normalizou-se aos seus olhos.

Além do árduo trabalho para prover o sustento de sua casa, Carolina recebia doações e buscava os restos de alimento nas feiras e até no lixo quando era necessário, pois segundo a autora a tontura do álcool impede de cantar, mas a da fome é capaz de fazer tremer, e era horrível sentir só ar dentro do estomago.

É perceptível ao longo do texto que pior que a fome da autora, a fome que mais doía era ela ver os filhos com fome, e foi assim, tentando escapar da fome, da miséria, da pobreza e da violência que o relato de Carolina foi sendo escrito. Relato essa que narra uma história de sofrimento e de resiliência de uma mulher que lida com todas as dificuldades impostas pela sociedade e apesar disso consegue transformar tudo isso em história da vida vivida no limite.

Ao final da leitura, chegamos à conclusão de que apesar de viver envolta pela fome, miséria, violência, tristezas e uns poucos momentos de felicidades, ao invés de se lamuriar Carolina preferir escrever, talvez para fugir da triste realidade.

Tal escrito faz uma análise no âmbito social histórico a partir das condições que produziram os relatos de Carolina Maria de Jesus, levando em consideração o contexto histórico no qual a autora vivenciava e o imaginário da mesma, fatos esses que se mostraram de grande relevância para produção e veiculação desses relatos. De acordo com Machado (2006), essa

análise possibilitou apresentar a desenvolvimento dessas duas dimensões e o instrumento metodológico utilizado para compreender o domínio social histórico presente nos relatos.

O referido texto diz respeito a um ensaio que teve por finalidade a análise dos papéis desempenhados pelo ato da leitura e pela escrita na obra “Quarto de despejo”, que relata um cotidiano de fome, miséria, marginalização e violência vivenciado pela autora do livro. A obra de Carolina Maria de Jesus, demonstra o quanto a escrita fez dessa mulher sujeita de si mesma, visto que por meios das dificuldades, angústias e frustrações ela se tornou um sujeito social ao passo em que retratou a pobreza e a miséria presente em seu cotidiano.

A escrita da experiência vivenciada ou a literatura de testemunho de Carolina caracteriza-se não só pela descrição intimista, mas também por um forte tom de denúncia. Os constantes questionamentos político-sociais presentes no diário de desta mulher, assim como as denúncias da discriminação social que ela sofria marcam a marginalização dentro da marginalização: Carolina era discriminada por ser pobre, negra, mulher, catadora de papel, mãe solteira e escritora.

Em vários momentos do texto Carolina deixa claro o quanto preza a sua liberdade ao afirmar e reafirmar que cria sozinha os filhos, que mantém sozinha sua família, que é dona de si e que domina seus impulsos. Nesse sentido, a inserção de um homem em sua vida pode ser vista como uma ameaça, a partir do momento em que este se configura como elemento de dominação capaz de paralisar o seu processo de afirmação enquanto mulher, mãe e escritora.

Outro ponto de relevância na obra é a possibilidade de leitura e da escrita que diferem Carolina dos demais moradores da favela, conferindo a ela um certo *status* social. A leitura e a escrita, enquanto práticas solitárias, são interrompidas pela necessidade de reflexão, pela manifestação do imaginário. A fome, a miséria, a violência são os fatos do cotidiano que alimentam a escrita de Carolina. Dessa forma, a escrita do seu diário, enquanto relato da experiência, está fortemente marcada pela angústia, pela dor, pela inconformidade, pela fome. A autora registra também a limitação da escrita e a dificuldade de simbolizar o que está para além da sua realidade sofrida.

A escrita diferencia Carolina dos demais moradores da favela, naquele universo marcado pelo analfabetismo ela se torna um incômodo, um ser fora do lugar. Pelo fato de autodenominar-se escritora, antes mesmo da publicação do livro, ela é insultada pelos moradores por almejar um status intelectual que, de acordo com o senso comum. Ao documentar nos seus cadernos o cotidiano da favela, ao tornar público o que é aparentemente privado, Carolina torna-se indesejada no ambiente onde vive. Ela passa a usar a escrita para se

defender: diante das agressões verbais o argumento é sempre o mesmo: registrar nos cadernos o nome daqueles que a insultam.

Outra questão importante e que não podemos deixar de mencionar aqui diz respeito ao constante questionamento por parte da autora das condições subalternas e miseráveis em que se encontram os negros nesse país. Carolina faz um paralelo entre a escravidão que vigorou no Brasil por quase 400 anos e uma nova forma de aprisionamento.

Essa análise realizada por Elisângela Aparecida Lope, enfatiza que a prática da leitura e o ato da escrita desempenham um papel transformador para Carolina Maria de Jesus. É através da escrita que ela formula e reformula sua realidade marginal, processa e reprocessa suas dores e angústias. É na leitura que ela transcende a sua condição marginal, é através da escrita que ela alcança o sonho da casa de alvenaria.

Não é novidade para quem já teve a oportunidade de ler os relatos de Carolina Maria de Jesus, que sua obra é permeada por fortes determinações e a ênfase de um novo imaginário, que para Machado (2006), acabou por violar os códigos que sustentavam a imobilidade, perenidade e reprodução da desigualdade social no país, criando, assim, outras significações imaginárias sociais.

A dimensão imaginária de Carolina na visão da autora que análise a obra foi buscada no impacto dos escritos sobre a sociedade e na compreensão do universo de Carolina, encerrado em preconceitos (contra nordestinos, sírios, favelados), em dicotomias (brancos e pretos; ricos e pobres; trabalhadores e malandros; cidade e favela) e em conservadorismos (políticos, sociais, morais), dos quais ela se libertou parcialmente ao escrever.

É inegável que Carolina foi detentora de um imaginário social inédito e transformador, e essa análise realizada por Machado (2006), possibilitou de forma mais abrangente a grandiosa aceitação da obra “Quarto de despejo” e a incoerência permeada pelo abandono da autora no Brasil, haja vista que todo esse abandono e descaso passou ao passo em que seu livro foi aceito.

Mais uma vez a análise realizada por Machado (2006), permitiu visualizar que além ignorá-la e fazê-la ser esquecida em virtude de ser insubmissa e se encontrar em um espaço temporal a qual, supostamente a ela não cabia, visto que ela era tida como preconceituosa e conservadora para a sua época.

O que fica de entendimento é que uma mulher negra, humilde, com pouco estudo, enfrentando todos os desafios e imposições sociais, depois de tanto trabalho e sofrimento viu-se reconhecida, apesar de terem aproveitado de sua ingenuidade encerrou seu trilhar com dignidade, e a certeza que possibilitou mudanças no imaginário social.

CONCLUSÃO

Jesus esboça em seus escritos, sua vida diária lutas que se persistem em várias semanas ela moradora de uma ocupação na grande São Paulo vive de catar lixo para sustentar sua família, tendo de criar seus filhos pequenos sem o auxílio de um homem. Conta-nos a realidade de uma família com poucas condições de vivência sendo que as vezes não se tem um pão seco para se comer não teve a oportunidade de ir em escolas se quer frequentar uma faculdade, tendo uma moradia simples na conjuntura de seus vizinhos com quem se vive em um não tão perfeito estado amigável.

A autora diferente de vários outros autores que vemos descrevem sobre suas realidades, um ponto diferente de outros autores que estamos acostumados que camuflam a verdade do leitor, pelo contrário ela retrata sua realidade seus problemas enfrentados os descrevendo de uma tal maneira que dá para perceber a triste realidade em que ela vive. Mas como ela mesma fala não por ter pouco e ser pobre que ela deixa a triste chegar em sua vida, mesmo não comendo deixando o de comer para seus pequenos Carolina segue sua vida sofrida com muita garra, ela relata que tem dias que dá vontade de desistir que já trabalhou doente que o que mais doía era ver seus filhos com fome então ela era obrigada a trabalhar para ter um pão duro na mesa.

Seus escritos contam também sobre sua vivência com seus vizinhos que alguns bebem, brigam no meio da rua, xingam seus filhos, mas nem por isso ela guarda rancor de alguém, vemos que a forma da autora descrever seus dias se encaixa na vida de muitos brasileiros. Podemos ver também no livro que Carolina repudia um a cão do governo que só vai atrás da população quando necessita do seu voto na urna, pessoas estas que sofrem essa falta de atenção do governo

REFERÊNCIAS

DANTAS, Audálio. *A atualidade do mundo de Carolina*. Prefácio a Quarto de despejo. In: JESUS, Carolina Maria. *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

JESUS, Carolina Maria. *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

MACHADO, Anna Rachel. *Diário de Leituras: a construção de diferentes diálogos em sala de aula*. In: *Linha D'Água*, São Paulo, n. 18, p. 61-80, dez. 2005.



BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especificidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Revista de Teoria da História Ano 1, Número 3, junho/ 2010 Universidade Federal de Goiás ISSN: 2175-5892 109 Alegre, RS: Ed.Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.